

## A DIALÉTICA DO TRABALHO: EDUCAÇÃO OU OPRESSÃO?

*Mácio Nunes Machado* – Mestrando do PPGEduc/UNEB; Prof./CETEP-Irecê  
*Oσίας Hermes das Neves Neto* – Graduando em Pedagogia – DCHT16/UNEB  
*Geisa Ferreira dos Santos* – Graduanda em Pedagogia - DCHT16/UNEB

### RESUMO

Este estudo se configura como um desdobramento da pesquisa em andamento Políticas Públicas em Educação Profissional: Uma análise do trabalho como princípio educativo. O objetivo é analisar a categoria trabalho a partir de duas perspectivas divergentes e contraditórias; de um lado o trabalho que educa, forma e organiza toda a vida humana, e de outro, o trabalho que escraviza, explora e aliena o trabalhador. A análise busca responder a seguinte questão-problema: em que condições materiais o trabalho pode ser educativo em um determinado contexto e opressor em outro? É uma investigação bibliográfica e a metodologia de base materialista, histórico-dialética. A compreensão das contradições inerentes à categoria trabalho necessariamente passa por um viés histórico, pois ao longo da história da humanidade, este assumiu características diferenciadas das configurações presentes no capitalismo. A dialética que alterna essência e fenômeno aplicado ao trabalho explica a ausência ou presença do princípio educativo deste.

**Palavras-chave:** Dialética; Trabalho; Educação; Formação; Opressão

### INTRODUÇÃO

A inquietação em relação à proposta do Plano de Educação Profissional do Estado da Bahia (BAHIA, 2009) em ter como um dos princípios da Educação Profissional ofertada nos Centros Territoriais e Estaduais, Escolas e Anexos desta rede, o trabalho como princípio educativo, sem as condições materiais, pelo menos iniciais, de implementação e desenvolvimento de uma proposta ousada como esta provocou o desejo desta investigação.

O artigo busca analisar as contradições entre trabalho e educação e refletir sobre o trabalho como princípio educativo, a partir de uma pesquisa bibliográfica e do método de pesquisa materialismo histórico-dialético. Nesta perspectiva, o ponto de partida é o de considerar na relação entre trabalho e educação, o trabalho no sentido ontológico, por um lado e por outro, enquanto estranhamento à classe trabalhadora; quanto à educação, a sua análise passa pelo viés da emancipação humana, e em um polo oposto, como reprodução social. Cujo aporte teórico se fundamenta em autores brasileiros

contemporâneos, os quais se apoiam teoricamente nas contribuições nos clássicos de MARX, ENGELS, GRAMSCI e LUCKÁS.

Com o objetivo de analisar a categoria trabalho a partir de duas perspectivas divergentes e contraditórias, de um lado o trabalho que educa, forma e organiza toda a vida humana, e de outro, o trabalho que escraviza, explora e aliena o trabalhador. Desmistificando assim, a visão naturalizada do trabalho na sociedade capitalista, cuja dinâmica é a exploração da força de trabalho da classe trabalhadora pelos proprietários dos meios de produção: terras, fábricas, indústrias, empresas e outros, tomada nesta perspectiva, como a única forma possível de operacionalização das relações trabalhistas. Entretanto, a dialética marxista adverte que essa forma de trabalho praticada no capitalismo é fetichizada, alienada e estranhada à classe trabalhadora não é exclusiva.

A partir do exposto, a análise busca responder a seguinte questão-problema: em que condições materiais o trabalho pode ser educativo em um determinado contexto e opressor em outro? – Com este questionamento, o artigo problematiza, analisa e discute o trabalho a partir de concepções antagônicas, e argumenta a favor do trabalho como princípio educativo, enquanto possibilidade de emancipação humana.

A investigação é de cunho bibliográfico e a metodologia de base materialista, histórico-dialética, uma vez que a compreensão das contradições inerentes à categoria trabalho necessariamente passa por um viés histórico, pois ao longo da história da humanidade, este assumiu características diferenciadas das configurações presentes no capitalismo. Neste sentido, o materialismo histórico-dialético nos faz entender que há uma alternância entre essência e fenômeno, que aplicado ao trabalho explica a ausência ou presença do princípio educativo deste nos distintos contextos históricos.

## **1. O trabalho a partir de concepções antagônicas**

Historicamente, o trabalho vem se perpetuando como uma das ações humanas inerentes à própria condição humana e, nas relações do homem com a natureza, no sentido de dominá-la e retirar daí, através dos seus esforços, a sua sobrevivência; segundo Marx, o trabalho é a mais simples e antiga relação em que os homens aparecem como produtores. Nesta perspectiva, o trabalho como princípio educativo diz respeito à organização da própria vida, no sentido de que há um caráter formativo no trabalho

enquanto atividade de humanização por intermédio do desenvolvimento de todas as potencialidades humanas.

O trabalho, de acordo com Frigotto (2009, s.p) apoiado no pensamento marxista “é uma categoria ‘antidiluviana’, fazendo referência ao conto bíblico da construção da arca de Noé”. Neste sentido, Frigotto (Op cit) diz que Marx nos permite fazer, três distinções em relação ao trabalho humano: “por ele, diferenciamos-nos do reino animal; é uma condição necessária ao ser humano em qualquer tempo histórico; e o trabalho assume formas históricas específicas nos diferentes modos de produção da existência humana”. Distinções estas, que nos possibilita,

[...] tanto superar o senso comum e a ideologia que reduzem o trabalho humano à forma histórica que assume sob as relações sociais de produção capitalistas (compra e venda de força de trabalho, trabalho assalariado, trabalho alienado) quanto perceber a improcedência das teses que postulam o fim do trabalho. (FRIGOTTO, 2009, s. p.)

O trabalho nas comunidades primitivas, nas quais os homens realizaram as primeiras incursões na utilização de instrumentos da própria natureza, como pedras, ossos e pedaços de madeira utilizados na sua defesa contra os animais e na caça para utilização na sua alimentação. O trabalho tomado, enquanto atividade humana nas suas relações com a natureza significa dizer que

Antes, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (Marx, 1983, p.149)

As relações do homem com a natureza, na extração dos recursos necessários para a sobrevivência humana foi assim por um longo período da história da humanidade; passando por várias transformações, até chegarmos ao estágio atual, que se caracteriza pela utilização de sofisticadas tecnologias, que em muitos casos são empregadas para destruição de vidas humanas, como a bomba atômica, por exemplo. Entretanto, essas contradições em relação ao trabalho ficam melhores esclarecidas, uma vez que

Na filosofia da práxis, o trabalho é concebido como positividade e negatividade ao mesmo tempo. Positividade porque é realizador e criador da vida e negatividade porque em determinadas condições sociais é destruidor da vida. Há uma relação dialética que ocorre na prática social, na historicidade das diferentes sociedades. O trabalho é complexo porque é

realizado por sujeitos que são determinados pelas relações sociais de um determinado modo de produção. (ZANELLA, 2010, p. 107)

A sociedade humana, ao longo da sua história sempre foi permeada por lutas entre comunidades diferentes, pela dominação de um grupo dominante sobre outro dominado. Nessa relação de dominação, os grupos dominantes utilizavam a força de trabalho dos grupos dominados, os quais eram subjugados a essa condição. Isso não quer dizer que a dominação de um grupo sobre outro é natural, mas histórica, ou seja, em alguns períodos da história da humanidade, as relações entre grupos primavam pela cooperação entre os sujeitos, o que produziam ou extraíam da natureza era dividido entre todos, sem a necessidade da apropriação privada por um único grupo.

O campo específico de discussão teórico é o materialismo histórico em que se parte do trabalho como produtor dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais como culturais, ou seja, de conhecimento, de criação material e simbólica, e de formas de sociabilidade (MARX, 1979 apud CIAVATTA, 2011).

O trabalho assim concebido, enquanto atividade humana que organiza a própria vida, dando-lhe sentido orienta a formação onilateral do ser humano, nos mais diversos aspectos. Entretanto, no decorrer da história das civilizações humanas o trabalho vai ganhando outros contornos, como o da exploração da força de trabalho do trabalhador em prol da lucratividade de poucos e em detrimento de melhores condições de vida da classe trabalhadora; o que deriva da divisão social do trabalho, largamente discutida nos meios acadêmicos, mas devido a sua não superação, o debate continua relevante na contemporaneidade.

O modelo taylorista/fordista que predominou na concepção desenvolvimentista com a utilização da educação tecnicista durante décadas na educação profissional no Brasil está superado; no entanto, as suas reminiscências ainda se fazem sentir, principalmente com a utilização da teoria do capital humano e o direcionamento para um ensino por competências presente nos documentos da reforma educacional brasileira, cuja orientação está em organismos internacionais como a ONU e o Banco Mundial, por exemplo. Modelo de formação diametralmente antagônico ao onilateral, pois o seu direcionamento é unilateral.

O estudo insere-se na perspectiva do materialismo histórico-dialético (MARX E ENGELS, 1998), o qual realiza um percurso que vai da prática social para revestir de conhecimentos historicamente construídos e novamente voltar para a prática social. Nesta sentido, o método utilizado é o dialético no sentido marxiano, o qual por sua

própria natureza abrange aspectos qualitativos e quantitativos. Para a concretização da pesquisa fez-se necessária a realização do levantamento bibliográfico sobre a temática do que já foi produzido até agora.

Neste caso, o materialismo histórico dialético, cujo conhecimento se dá na e pela práxis, a reflexão teórica tem função da ação para transformar a realidade posta (FRIGOTTO, 2002), ou seja, teoria e prática se retroalimentam mutuamente, de tal forma que não conseguimos distinguir a teoria da prática, posto que passamos a operar numa verdadeira práxis.

Por acreditar que os sujeitos sociais em grupo dizem mais da sua história do que os indivíduos separadamente, de acordo com Sanfelice (2008), resta-nos dizer que, dialeticamente, todos esses temas, questões, problemas relacionam-se e que nossa opção, por termos privilegiado a dialética de bases materialista e histórica, marxiana e marxista, decorre do fato de ela se constituir em poderosa ontologia, em forte epistemologia que nos facilitam compreender e explicar as relações substantivas que os homens estabelecem com a natureza e consigo mesmos, através de toda a história. Estamos convencidos disso, pois a dialética materialista histórica é uma postura, um método e uma práxis. (SANFELICE, 2008, p. 88).

Nessa perspectiva, de acordo com Duarte (1988), o indivíduo se forma, apropriando-se dos resultados da história social e objetivando-se no interior dessa história, ou seja, sua formação se realiza através da relação entre objetivação e apropriação. Essa relação se efetiva sempre no interior de relações concretas com outros indivíduos, que atuam como mediadores entre ele e o mundo humano, o mundo da atividade humana objetivada. A formação do indivíduo é, portanto, sempre um processo educativo, mesmo quando essa educação se realiza de forma espontânea, isto é, quando não há a relação consciente com o processo educativo que está se efetivando no interior de uma determinada prática social. (DUARTE, 1988, p.111).

A partir do exposto, o trabalho no modo de produção capitalista se configura pela exploração da força de trabalho dos proletários e/ou trabalhadores, o que por sua vez causa alienação, estranhamento à classe trabalhadora, por isso, o trabalho nessas condições não pode ser educativo. O trabalho para ser educativo precisa ser desenvolvido de uma forma que não aliena, não escraviza, mas que esteja voltado para a plena emancipação humana.

## 2. Trabalho e emancipação humana

A concepção do trabalho como princípio educativo no âmbito escolar, especialmente na educação profissional, somente poderá estar relacionado com a emancipação humana, se houver a superação de uma formação voltada apenas para o mercado de trabalho, no sentido de uma conformação às normas e regras do mercado, sem os questionamentos necessários. Assim, ainda que sejam cursos para os que já concluíram o ensino médio, as bases da Filosofia e Sociologia devem ser solidamente trabalhadas.

Em relação à escola elementar, o conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola elementar, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho. O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo que liberta de toda magia e bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo. (GRAMSCI, 1991, p. 130 apud ZANELLA, 2010, p. 10)

Vivemos sob condições de uma desumanizante alienação e de uma subversão fetichista do real estado de coisas dentro da consciência (muitas vezes também caracterizada como “reificação”) porque o capital não pode exercer suas funções sociais metabólicas de ampla reprodução de nenhum outro modo. Mudar essas condições exige uma intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis da nossa existência individual e social. (MÉSZAROS, 2005 p. 59)

Desta forma, é perceptível a real necessidade de mudanças tanto, nas formas de produzir, quanto no campo político, industrial e educacional. Para que o ser social possa modificar a sua realidade, e seu atual estado de consciência, deve se apoiar na vertente maior que é a educação, uma vez que ela assume uma “importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à “legitimação constitucional democrática” do Estado capitalista que defende seus próprios interesses” (MÉSZÁROS, P.61).

Historicamente a educação tem sofrido recortes intencionais visados por interesses de classes dominantes, dicotomizando e estabelecendo afastamentos entre categorias e classes, favorecendo e ampliando o poderio da alta nobreza ou dos proprietários das terras, indústrias e empresas, que arditamente se veiculam e se

reestruturam para se manterem no poder, controlando e manipulando as classes minoritárias, a estas é oferecido um tipo específico de educação, a que os tornam reprodutores e transmissores de uma cultura imersamente engendrada em interesses capitalistas, difusa e limitada. Em contrapartida, vários pensadores e intelectuais vem traçando objetivos e modos possibilitadores de uma nova educação, que traz em seu bojo a garantia e ampliação dos direitos, bem como apoia-se na perspectiva de formar seres inteiramente conscientes dos mais diversos modos de produção, bem como sujeitos empoderados dos seu processo emancipatório.

Segundo Manacorda (1991, p. 26 ),

Marx definiu nas instruções aos delegados como progressiva e justa a tendência da indústria moderna de fazer a colaborar na produção crianças e adolescentes dos dois sexos, tendo reforçado a tese de que, a partir dos 9 anos toda criança deve se tornar um operário produtivo, e de que todo adulto deve segundo lei geral da natureza trabalhar não apenas com o cérebro, mas também, com as mãos.

Neste sentido, pode-se afirmar que essa divisão é de unilateralidade. Parafraseando o discurso de Marx de que o trabalhador é segundo a realidade, unilateral, e segundo a possibilidade, onilateral, possibilita-se pensar nessa superação do modo de produção posto com a consolidação capitalista, a partir de uma educação que contemple tanto a formação intelectual quanto a formação técnica, ou seja, que todos conheçam os mecanismos de funcionamento da indústria, por exemplo, para além do mero saber fazer.

A união do trabalho produtivo ao ensino possibilitará a uma possível emancipação humana, pois permitirá que o proletariado tenha o conhecimento de todo sistema de produção da vida completo, trabalhando não somente com as mão mas também com o cérebro. Para objetivar essa relação trabalho e educação, é preciso atentar-se para os elementos socialistas segundo Manacorda (1991, p. 27) “a abolição da atual forma do trabalho, e a união de dois termos inseparáveis, ensino e trabalho produtivo, desenvolvendo no sujeito três elementos que segundo Marx articula o ensino: intelectual, físico e tecnológico”.

Tal como criticava Marx em 1847; a posição do trabalho no ensino pode, frequentemente, oscilar entre uma função abstratamente moral, de educação ao amor pelo trabalho e ao respeito pelos trabalhadores, e uma função mais exatamente didática, de aproximação experimental-intuitiva as nações teóricas ou da sua verificação no concreto; o ideal da onilateralidade pode atenuar-se no da multilateralidade. (MANACORDA, 1991, p. 127)

A partir do exposto acima, trabalho e emancipação humana está intimamente relacionados, desde que possamos nos distanciar da forma de trabalho consolidada no capitalismo, que não educa e por isso mesmo, não emancipa. Neste sentido, o trabalho que possibilita a emancipação humana é o que tem o princípio educativo, o qual deve estar pautado em relações da não divisão da sociedade em classes sociais.

### **Considerações Finais**

A dialética do trabalho em si, encerra o conceito de que o trabalho tanto pode ser um elemento de fundamental importância para emancipação humana, ao tempo que possibilita aos sujeitos compreenderem as relações estabelecidas entre os processos alienantes que tanto divide e situa os sujeitos em suas classes, quanto opressor por visar o capital extraído pelos donos dos processos produtivos da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora.

As contradições inerentes à compreensão do trabalho, principalmente no capitalismo, somente pode acontecer à luz do materialismo histórico e dialético. O movimento dialético espiralado entre fenômeno e essência nos permite distinguir o trabalho real do trabalho alienado. Sendo trabalho real aquele desvinculado de qualquer forma de opressão ou alienação do trabalhador, mas pelo contrário, um trabalho que proporcione um tempo livre para o lazer e a criatividade, bem como acesso pelo trabalhador dos bens culturais e intelectuais produzidos pela humanidade, que seja na condição de espectador, mas também na condição de protagonistas.

O trabalho como princípio educativo voltado para emancipação humana deve proporcionar aos sujeitos, o tempo livre e a capacidade, a apreciação de uma boa música, mas que estes sujeitos também possam criar músicas, fazer músicas, tocar instrumentos musicais e cantar. A educação integral voltada para formação omnilateral dos sujeitos é nesta perspectiva.

O grande desafio que está posta na contemporaneidade é o superar os obstáculos do trabalho que oprime. E, uma das tarefas fundantes nessa superação é a de desmascarar o trabalho tal qual é posto no capitalismo, como se fosse a única forma possível de garantir o sustento da sua vida, ou seja, a visão de trabalho propagada pela



religião, que é ganhar o pão com o suor do rosto, ou do antigo *tripalium*, o trabalho tomado como sofrimento e castigo.

Enfim, a libertação dos sujeitos da visão do trabalho do modo de produção capitalista é um passo grandioso na compreensão de outra visão de trabalho que educa, por ser capaz de organizar a sua vida sem passar pelos sofrimentos e humilhações que os trabalhadores têm passado no modelo competitivo, individualista e excludente em vigor na contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

DUARTE, Newton. Relações entre ontologia e epistemologia e a reflexão filosófica sobre o trabalho educativo. **Perspectiva**. Florianópolis, v.16, n. 29, p. 99 -116, jan./jun. 1998

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In.: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho. In: **Dicionário de Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswald Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009 – Captado em 11/04/2013 Disponível: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/curcom.html>

GRAMSCI, Antônio. **A concepção dialética da história**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. (Biblioteca da educação, Série 1. Escola; v. 5)

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo Martins Fontes, 1998. (Clássicos). Ed. em PDF.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

SANFELICE, José Luís. *Dialética e pesquisa em educação*. In: LOMBARDI, Claudinei & SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. 2ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2008.

ZANELLA, José Luiz. O trabalho como princípio educativo – em defesa do ensino do concreto. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 12, p. 105-134, jul. 2010